CAPÍTULO DO LIVRO – DESENVOLVENDO O APRENDIZADO VOLUME 3 – PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS PUBLICADO POR: EDITORA MANUAL
ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

CAPÍTULO 8

DA NORMA À POSSIBILIDADE: UM BALANÇO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL E A FORMAÇÃO (DES)CONTINUADA NAS POLÍTICAS CURRICULARES DE MATO GROSSO DO SUL

DOI DO CAPÍTULO: 10.5281/zenodo.22368669

Ana Paula Hilgert de Souza
http://lattes.cnpq.br/8796911740055068

RESUMO

O texto apresenta um balanço sobre o Ensino de História Regional na Educação Básica de Mato Grosso do Sul, analisando as contradições entre os referenciais curriculares estaduais de 2002, 2012 e 2020 e a prática docente. Apesar do avanço normativo na versão de 2020, que incorporou eixos temáticos regionais e decoloniais, constata-se um grave descompasso entre a prescrição documental e a realidade das salas de aula. A Secretaria de Estado de Educação (SED-MS) exige o cumprimento de abordagens regionais sem fornecer suporte material ou formação continuada que promovam o *Conhecimento Didático do Conteúdo*. Essa lacuna gera precarização do trabalho, sobrecarga e desqualificação docente. Apesar da profusa produção historiográfica desenvolvida por instituições como a UFGD, UEMS (ProfHistória) e IHGMS, o conhecimento produzido permanece retido no meio acadêmico devido à falta de articulação institucional. Em consequência, os estudantes sul-mato-grossenses são privados do direito à memória e do letramento histórico regional, tornando-se "estrangeiros" em seu próprio território, dada a ausência de transposição escolar do conhecimento acadêmico para as dinâmicas e realidades de seu cotidiano.

Palavras-chave: Ensino de História Regional. Políticas Curriculares. Formação Docente. Saber histórico escolar.

1 INTRODUÇÃO

Em sua reflexão sobre o que denomina como “historiografia do pequeno espaço”, Barros (2022) sintetiza a dimensão afetiva e subjetiva da categoria de "lugar" no âmbito do espaço e da historiografia. Além da identificação com o lugar, que permite o reconhecimento de elementos da própria identidade, como valores,

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

costumes, símbolos e vivências cotidianas, o autor aponta a noção de continuidade no espaço-tempo como uma segunda dimensão articulada à materialidade objetiva de sua definição. Conforme assinala Barros (2022, p. 25), "o lugar, sobretudo, implica relações intersubjetivas que se integram a uma determinada objetividade. Em duas palavras, envolve identidade e estabilidade". A partir dessa chave interpretativa, compreende-se o lugar como uma dimensão que permanece no tempo. No Ensino de História, em particular, essa categoria procura articular a memória do passado com a vivência do presente.

Sob a perspectiva rüseniana, o estudo da história local contribui, ainda, para a formulação de expectativas de futuro fundamentadas na consciência histórica, a qual "auxilia as pessoas a formular perguntas sobre a experiência histórica" (RÜSEN, 2016 apud SCHMIDT; MARTINS, 2016, p. 34). Dessa forma, ambos os autores convergem ao fundamentar a percepção do sujeito como parte integrante de uma história em curso.

No contexto do estado de Mato Grosso do Sul, marcado por intensas dinâmicas migratórias, disputas territoriais, conflitos sociopolíticos e pluralidade étnico-racial, o ensino de História pautado na dimensão regional ganha centralidade. Ao deslocar a escala de análise para a vivência dos sujeitos situados no "pequeno espaço", o aprendizado histórico do regional adquire uma função orientadora na atribuição de sentido à experiência humana (RÜSEN, 2001).

A partir dessa premissa, este artigo apresenta, inicialmente, um panorama da produção historiográfica regional, retomando e atualizando dados de minha dissertação de mestrado (2014)[1] para traçar um balanço do Ensino de História Regional na Educação Básica das escolas estaduais de Mato Grosso do Sul. Com base nessa revisão, tecem-se reflexões sobre como as carências na didatização desse conhecimento afetam negativamente tanto as práticas pedagógicas do professorado quanto a formação histórica dos estudantes. Ao aproximar a ideia de carência de didatização das reflexões de Jörn Rüsen a respeito das "carências de orientação" do pensamento, busco costurá-los de modo a evidenciar que a sociedade e os estudantes sul-mato-grossenses, demandam sentido e pertencimento a partir do

[1] SOUZA, Ana Paula Hilgert de. Concepções do Ensino da História Regional no Ensino Médio, em Mato Grosso do Sul: práticas docentes em Dourados e Nova Andradina. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2014.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

espaço regional. Por sua vez, a busca pela função orientadora[2] da história, esbarra na intensa dificuldade de traduzir a historiografia para o plano da educação escolar, revelando um grande impasse sobre o qual este capítulo examinará. O debate em tela, central na pesquisa de mestrado que defendi em 2014, ganha novos contornos quando se observa a prática institucional da Secretaria Estadual de Educação. No curso das diferentes gestões de governo, sua atuação tendeu a ampliar ou reconfigurar a distância entre a didatização e a orientação, o que implica reafirmar o currículo como território disputado. Neste campo, as consequências recaem sobre os estudantes, que acabam destituídos do eixo fundamental de construção de sentido e identidade.

Diante da crônica escassez de materiais didáticos voltados às especificidades sul-mato-grossenses, recorrer à história regional e ao patrimônio local ganha caráter de urgência docente. Nessa perspectiva, a dimensão regional converte-se no espaço em que as dinâmicas sociais ganham rostos, paisagens e memórias, tornando-se a base empírica indispensável para consolidar o aprendizado histórico dos estudantes a partir de sua própria realidade.

Ao analisar a formação de Mato Grosso do Sul sob essa ótica, o estudante é levado a compreender que os monumentos erguidos nas cidades, os fluxos de povoamento, a fronteira internacional e a complexa e visceral presença dos povos originários não são capítulos marginais da História do Brasil. Na perspectiva de Barros (2022), é nessa escala que o espaço é investido de afeto, identidade e estabilidade. Como consequência dessa abordagem, torna-se possível, nos processos de didatização do conhecimento histórico, permitir que o sentimento de pertencimento se converta em ponto de partida para a formação da consciência histórica

Como defende Barros (2022),

> Uma história, entre outros adjetivos, será uma história local no momento em que o “local” torna-se central para a análise, não no sentido de que toda história deve fazer uma análise do local e tempo que contextualiza seus objetos (o que é pressuposto de toda História), mas no sentido de que o ‘local’ implica aqui uma referência a uma cultura ou política local, a uma singularidade regional, a uma prática que só se encontra aqui ou que aqui adquire conotações especiais a serem examinadas em primeiro plano (BARROS, 2022, p. 25).

[2] No pensamento de Jörn Rüsen, a função orientadora da história corresponde à resposta dada às carências de orientação, constituindo-se como a própria finalidade prática do conhecimento histórico.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

No Estado de Mato Grosso do Sul, ensinar História sob essa perspectiva significa examinar, em primeiro plano, como os diferentes fluxos migratórios, os conflitos fundiários, a sobreposição de cosmologias na fronteira, os ciclos econômicos, entre outros elementos, criaram um arranjo socioespacial singular. Na ausência de livros didáticos que contemplem com densidade essa pluralidade, a mediação docente precisa converter o patrimônio, a memória oral e a cultura regional em saberes escolares. Essa transposição representa um árduo desafio diante das intensas demandas que atravessam o cotidiano docente da Educação Básica.

Percebe-se que essa tarefa, contudo, não pode recair exclusivamente sobre o professorado. A consolidação do Ensino de História Regional exige a atuação decisiva das instâncias da gestão da educação básica, as quais são institucionalmente capazes de aproximar a produção historiográfica regional da dimensão escolarizada. Além disso, a garantia de políticas contínuas de formação, mediante oferta de oficinas e minicursos para os professores-historiadores, constitui-se como basilares para o trabalho docente em Mato Grosso do Sul.

O diagnóstico que emerge do confronto entre os dados da dissertação defendida em 2014 e a realidade atual confirma uma inércia da Secretaria de Estado de Educação (SED-MS) que opera como um filtro de interdição cultural. O Referencial Curricular, documento normativo/prescritivo, reformulado em 2020[3], trouxe novos conteúdos para a História Regional sem que a gestão pública - representada na figura dos articuladores de itinerários formativos e coordenadores de área no âmbito da Secretaria Estadual de Educação - ofertasse a necessária formação continuada[4]. O órgão prescreve temáticas regionais na estrutura do currículo de referência, mas nas formações ou nas diretrizes gerais, ignora a necessidade de formar o professor na

[3] A reformulação do citado documento se deu no âmbito das adequações advindas do Novo Ensino Médio. Uma primeira versão foi editada em 2018 e reformulada em 2020. Na ocasião, o governo estadual de MS, sob a liderança de Reinaldo Azambuja, foi ágil em implementar as políticas educacionais do NEM, estando, em 2026, consolidado o modelo. Nessa pesquisa, optou-se por não estender a discussão a respeito da Reforma do Ensino Médio e da BNCC para ser fiel ao escopo inicial da pesquisa. Entretanto, considera-se de extrema pertinência os estudos que têm feito essa discussão, especialmente aqueles produzidos pelas universidades de Mato Grosso do Sul, que demonstram a construção curricular como "conhecimento oficial". Dessa forma, tais reformas refletem intenções e disputas, nas quais a seleção do que deve ser ensinado opera como política cultural de hegemonia e controle social.

[4] Cabe pontuar que a perspectiva idealizada no Referencial Curricular de 2020 (p. 83-84) diverge das condições concretas das diferentes escolas da rede. As jornadas formativas frequentemente carecem de espaço, tempo e metodologias que viabilizem reflexões e aprimoramentos reais, lacuna que afeta diretamente o trabalho com especificidades curriculares, a exemplo do ensino de História Regional.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

dimensão do conhecimento do conteúdo histórico regional e nas suas fontes. Ao negligenciar o domínio e o manejo das fontes históricas locais (ações possíveis a nível de capacitação), a instância superior tende a reduzir o debate pedagógico-historiográfico a aspectos procedimentais ou em “sugestões didáticas” retóricas. Nesse sentido, ao ser negada a produção e distribuição de materiais paradidáticos atualizados e a capacitação adequada, os docentes são lançados a uma situação de vulnerabilidade e paralisação didática, diante da complexidade teórico-conceitual que a própria reforma curricular exige.

Ao buscarem dar conta das novas abordagens temáticas, os professores enfrentam Jornadas Formativas que pouco aprofundam o debate. Em vez de resolver o hiato entre a teoria e a prática, esses encontros acabam escancarando os limites da formação, que, ao debater a necessidade de inovar, ignoram-se os problemas estruturais, como a ausência de materiais adequados para a História Regional. Sem o suporte do Conhecimento Didático do Conteúdo (Shulman, 1986), o professorado é compelido a refugiar-se na reprodução do senso comum, ou em textos genéricos ou ainda em visões memorialistas e anacrônicas da história local.

A partir do conceito de Lee Shulman (1986), o Ensino de História Regional ganha dimensão epistemológica de um saber que exige do professor a capacidade de transformá-lo em conteúdo ensinável. Ele demanda do docente a capacidade de mobilizar o domínio da historiografia regional para construir representações, analogias, metáforas e explicações (SHULMAN, 1986, p.8) capazes de tornar esses processos históricos compreensíveis e significativos para os estudantes. A imposição de novos conteúdos no Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul verificados na edição de 2020 confronta-se com uma dicotomia histórica da formação docente. O autor, ao advertir que "o mero conhecimento do conteúdo tende a ser tão inútil pedagogicamente quanto uma habilidade desprovida de conteúdo" (1986, p. 8) demonstra, no caso particular deste capítulo, que a gestão pública pressupõe que licenciatura em História confere, por si só, a expertise necessária para o ensino das especificidades locais.

Por outro lado, ao eximir-se de ofertar políticas de formação voltadas à historiografia e ao uso de fontes regionais, o Estado reduz a prática pedagógica a um conjunto de técnicas procedimentais desvinculadas do saber histórico. Para que a História Regional se consolide em sala de aula de forma crítica com sentido histórico

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

prático na vida dos estudantes, é indispensável que as instâncias de gestão dediquem "tanta atenção aos aspectos de conteúdo do ensino quanto a que dedicamos aos elementos do processo de ensino" (SHULMAN, 1986, p. 8), garantindo ao professor-historiador as condições de articular o saber científico à práxis escolar.

Contudo, como adverte o próprio autor, há um "preço pedagógico" elevado quando a competência do professor no conteúdo da disciplina é comprometida por lacunas na sua formação. No caso da História Regional, tardiamente consolidada na maioria de programas dos cursos de licenciatura e carente de produção didática editorial, o silenciamento ou a reprodução de abordagens descontextualizadas da pesquisa histórica resultam na inviabilização de uma práxis pautada no entendimento do local como vetor de identidade.

Ao anular o potencial reflexivo da História Regional, a gestão endossa o currículo como território disputado e impõe uma visão hegemônica que esvazia a dimensão crítica do ensino. Na medida em que esse movimento ocorre, priva-se os jovens estudantes sul-mato-grossenses de compreenderem o seu espaço de vivência como um campo de lutas sociais, étnicas e políticas. Ao subtrair o direito à memória (materializado na ausência de didatização da história local), a política curricular da instância gestora impacta a dimensão formativa da memória coletiva, a qual Arroyo (2013) analisa ao tensionar a função social da escola:

> A transmissão e aquisição da produção cultural colocam a escola, a docência e os currículos no campo da memória. Nos processos de produção do conhecimento e de sua aprendizagem entra a memória. Falamos em história cultural produzida nas experiências vividas e gravadas na memória coletiva. Como reconhecemos o sentido formador das vivências e aprendizagens do universo simbólico, dos valores, das crenças, das condutas que são comemoradas nos rituais, nas festas e celebrações coletivas [...] Estamos perdendo ou recuperando nas escolas a celebração da memória? Os currículos estão voltando a ser territórios de garantia do direito à memória? Há uma diversidade de projetos, temas geradores, oficinas que os professores e educandos desenvolvem para garantir esse direito, mas conseguem legitimidade nos currículos? (ARROYO, 2013, p. 288)

A percepção dessa dinâmica sinaliza o descompasso entre a oficialização do documento normativo e as condições concretas para a sua efetivação na prática pedagógica. Exige-se o cumprimento burocrático de conteúdos prescritos, enquanto se fragilizam os caminhos para que os estudantes acessem o direito à memória crítica e à emancipação cidadã, dimensões amplamente tensionadas pelas teorias críticas da Educação e do Currículo.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

É sob essa perspectiva que a provocação de Arroyo (2013) ganha centralidade nesta reflexão, ao questionar se os currículos têm conseguido se consolidar como espaços de garantia do direito à memória. Passados doze anos da primeira aproximação com este objeto de estudo, observa-se que, embora a reformulação curricular de 2020 tenha formalmente incorporado temáticas da História Regional no currículo, a estrutura de apoio ao docente permaneceu inalterada.

Sob a hegemonia de um modelo pautado por competências nacionais padronizadas (a BNCC), a inclusão documental desses conteúdos não veio acompanhada de materiais didáticos específicos nem de políticas contínuas de formação. Esse cenário de prescrição sem suporte tende a reter o conhecimento da história local em uma posição periférica na esfera estadual da educação e converter o estudante em um sujeito “estrangeiro” em seu próprio território.

A utilização dessa metáfora busca problematizar um fenômeno recorrente na escolarização, qual seja, o estudante domina fatos, marcos e processos históricos de matrizes nacionais ou globais, mas permanece alienado da realidade histórica, social e cultural que o cerca. Tal dilema há muito debatido pela historiografia, ainda tensiona os contextos cotidianos de culturas escolares e de processos de ensino-aprendizagem históricos. Sem o aporte da História Regional, o estudante não consegue mobilizar o pensamento histórico sobre a sua própria experiência social, privando-se de ler criticamente o seu bairro, o seu estado, as suas paisagens e as dinâmicas políticas e étnicas que o cercam. Nessas condições, a cognição histórica não alcança a dimensão concreta da sua própria realidade.

Ao conferir forma e significado prático aos saberes formais, a cultura escolar só cumpre seu papel emancipatório quando contempla a realidade local; ignorá-la desarticula a própria função social da escola. Ao inviabilizar condições para que o docente transponha o saber historiográfico para o saber histórico escolar, reproduz-se o silenciamento sistemático da historicidade de Mato Grosso do Sul. Tal movimento oculta a complexidade das lutas seculares dos povos originários, a questão agrária tensionada pelas frentes migratórias, as especificidades da zona de fronteira, o papel das monções como vetores da fundação histórica, territorial e social do estado, entre tantas outras camadas de uma história regional que permanece à margem do cotidiano das salas de aula.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

Nesse sentido, falta aos sujeitos escolares o que pode ser denominado *letramento histórico regional*. Em uma analogia à clássica distinção de Magda Soares (2003) sobre alfabetização e letramento, constata-se que o aluno sul-mato-grossense está alfabetizado nos fatos, sabendo, por exemplo, que a Guerra do Paraguai aconteceu. Entretanto, lhe falta a capacidade de dar sentido social a esse conhecimento, pois não consegue relacionar o evento à sua realidade nem enxergar os desdobramentos que moldaram o espaço onde vive, o que é tratado no campo da educação histórica como *literacia histórica*. De acordo com Lee (2006, p. 135), a literacia histórica exige superar o acúmulo de informações sobre o passado pois "há mais na história do que somente acúmulo de informações sobre o passado ". Apoiando-se na teoria de Jörn Rüsen, ele defende que a educação histórica deve fornecer ferramentas conceituais, como o uso de evidências e a análise de causas para que o estudante possa utilizar o conhecimento histórico no cotidiano. Percebe-se que os conceitos de segunda ordem operados pela vertente são relevantes para o ensino do regional porque permitem inserir os acontecimentos no conjunto dos processos históricos complexos a partir das fontes e da reflexão no presente.

2 REVISÃO DE LITERATURA OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A defesa da literacia histórica regional e do uso de fontes locais no cotidiano escolar enfrenta um paradoxo estrutural no estado de Mato Grosso do Sul. A marginalização da História Regional na Educação Básica não decorre da inexistência de pesquisa documental ou da escassez de conhecimento historiográfico acumulado. Pelo contrário, há uma profusa produção preservada em acervos e concebida nos centros de pesquisa do estado. O entrave reside na ausência de pontes institucionais capazes de promover a transposição do robusto patrimônio epistêmico em saber histórico escolarizado.

A fim de evidenciar a dimensão do abismo entre o saber produzido e o saber ensinado torna-se necessário mapear os repositórios, a produção historiográfica e os produtos didáticos disponíveis no cenário sul-mato-grossense. A esse respeito, embora instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) disponham de um expressivo acervo documental e bibliográfico, organizado em coleções que vão desde a *Série Memória Sul-Mato-Grossense* até a *Série Terra*

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

e Gente, a existência dessas fontes não garante sua efetiva transposição para a Educação Básica.

O mesmo pode ser dito sobre repositórios e arquivos regionais, a exemplo do Centro de Documentação Regional da UFGD. O impasse surge no hiato entre a pesquisa acadêmica/patrimonial e as demandas reais da docência pois, ao confrontarem os tópicos de História Regional previstos no Referencial Curricular da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, os professores, em sua maioria, são tomados pelo que foi chamado de paralisação pedagógica. Esses profissionais deparam-se com a escassez de tempo para pesquisa e planejamento dessas temáticas, com o excesso de atribuições burocráticas que consomem seus momentos de planejamento e, conforme já mencionado, pela ausência de formações continuadas voltadas à temática.

A gestão pública e os currículos de referência costumam falhar porque reduzem o problema do ensino de história regional à cobrança de conteúdos formais, como se dominar a cronologia ou os fatos gerais fosse suficiente. Contudo, o rigor da história como ciência e a reflexão de Shulman sobre o *missing paradigm* (paradigma ausente) indicam que o problema central reside na ausência daquela "forma particular de conhecimento de conteúdo que incorpora os aspectos mais pertinentes à sua ensinabilidade" (SHULMAN, 1986, p. 9).

A tendência das investigações e políticas educacionais em focar excessivamente no cumprimento burocrático dos conteúdos prescritos incorre na negligência aos processos pelos quais o saber científico é transformado pelo professor em conteúdo de instrução, o Conhecimento Didático do Conteúdo (Shulman, 1986). Ignora-se, com isso, o que Ana Maria Monteiro (2007) já advertia sobre os saberes docentes:

> A relação dos professores com os saberes que ensinam foi pensada e analisada, durante longo tempo, dentro do paradigma da racionalidade técnica que referendava uma concepção na qual o professor era considerado um simples instrumento de transmissão de saberes produzidos por outros (MONTEIRO, 2007, p. 80).

Mais adiante, a autora evidencia que existem relações complexas e de mútua legitimação e atualização entre a História acadêmica e a História escolar (MONTEIRO, 2007, p. 94). Com efeito, o legado de Monteiro ao pensar os saberes e as práticas dos professores de História reside em demonstrar que o ofício docente não se reduz ao

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

de um transmissor de minissaberes acadêmicos. Para além de uma simples transposição linear, reconhece-se no professor de História um sujeito dotado de agência na produção do conhecimento escolar, cuja prática é moldada na articulação complexa entre saberes, contextos e intencionalidades pedagógicas. Essa dinâmica traduz-se com clareza em minha própria trajetória docente na rede estadual ao elaborar e ministrar uma aula-oficina voltada à análise dos monumentos da cidade de Dourados. Naquela ocasião, o espaço urbano com suas estátuas e praças locais converteu-se em fontes históricas didatizadas. Ao desafiar os estudantes a problematizar quem é homenageado e quem é silenciado pelas memórias monumentalizadas, produzi um saber histórico escolar genuinamente regional ao passo que assumi a organização daquela aprendizagem.

Contudo, experiências de autoria docente como essa, baseadas no patrimônio e na memória local, ainda emergem como iniciativas isoladas, fruto do esforço individual do professorado. Sem o aporte institucional, o potencial transformador dessas experiências confina o letramento histórico regional a práticas esporádicas.

No entanto, a vivência enquanto professora da rede e pesquisadora do ensino de História Regional revela um desdobramento contraditório entre o ideal normativo proposto e as condições materiais de sua efetivação. Ao preconizar a valorização da escala local sem fornecer a infraestrutura formativa e os recursos didáticos específicos de Mato Grosso do Sul, o Currículo de Referência assume a equivocada premissa de que o conhecimento acadêmico pode ser automaticamente traduzido em saberes escolares. Desprovido de ferramentas pedagógicas e de recortes metodológicos para a História Regional, o professor permanece desamparado, impedido de transformar o rigor historiográfico em um conhecimento acessível e emancipatório.

Diante dessa fragilidade, e a partir dos referenciais das matrizes teóricas crítico-emancipatórias, em especial a Didática da História, cabe à gestão pública fomentar políticas editoriais e de qualificação docente voltadas à produção de materiais regionalizados alinhados a essas diretrizes. Nesse processo, a figura dos articuladores e coordenadores dos itinerários formativos surge como elo estratégico. Por estarem imersos no acompanhamento do trabalho docente, esses sujeitos podem mediar a elaboração de propostas de publicação que transponham a historiografia local em saberes escolares dotados de sentido prático, histórico e político para a juventude sul-mato-grossense.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

A problemática da precarização das condições materiais e teóricas do trabalho docente desdobra-se, no plano simbólico[5], naquilo que Tomaz Tadeu da Silva (1999) caracteriza como uma disputa pelo controle da memória. Com base nos Estudos Culturais, o autor concebe o currículo como um campo de lutas pela hegemonia, no qual os embates em torno da significação produzem identidades sociais (SILVA, 1999, p. 15). Nessa perspectiva, o currículo se constitui como artefato cultural em uma dupla dimensão que abarca tanto a sua existência enquanto prática institucionalizada quanto os conteúdos nele selecionados como construções sociais e históricas (SILVA, 1999, p. 135).

Naquilo que se refere ao ensino de História em Mato Grosso do Sul, tais disputas refletem-se diretamente na forma como as narrativas regionais são selecionadas, silenciadas ou tensionadas nos documentos curriculares. A historicização da formação socioespacial sul-mato-grossense, através da narrativa hegemônica evidencia a necessidade de rompimento com este paradigma. Nesse sentido, a inclusão das trajetórias, cosmologias e conflitos vivenciados pelos diferentes sujeitos históricos subalternizados pode funcionar como uma ferramenta central para o desenvolvimento da consciência histórica e da reflexão crítica. Ao apreender a História como um campo em aberto e permanentemente disputado, os estudantes são provocados a reconhecer e desnaturalizar as desigualdades do presente, percebendo-as como consequências de processos históricos localizados, capacitando-os a atuar ativamente na transformação de sua própria realidade social.

A concepção do ensino de História no documento fundamenta-se na alteridade e na formação do pensamento crítico, com ênfase na desconstrução de visões eurocêntricas e positivistas, além de valorizar as territorialidades locais e a rica diversidade sociocultural do estado. Nesse ponto, sem sacralizar a abordagem como um modelo ideal, cabe reconhecer que, no interior do currículo como território de disputa, vislumbra-se uma possibilidade crítica e emancipatória. Observa-se, assim, uma importante conquista dos sujeitos envolvidos no processo de escrita curricular, que tencionaram a matriz hegemônica e esboçaram os contornos de um diálogo decolonial para o Ensino de História Essas diretrizes traduzem-se em objetos de

[5] Cumpre destacar que a dimensão material da falta de insumos didáticos não se resume a um problema instrumental vivenciado pelo docente. O seu desdobramento no plano simbólico evidencia a dimensão política e ideológica do currículo, pela qual, ao privar a rede pública de recursos específicos sobre Mato Grosso do Sul, produz-se um duplo apagamento: o da historicidade regional e o do pertencimento comunitário dos próprios estudantes.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

conhecimento que articula a História geral e do Brasil com dinâmicas regionais do Mato Grosso do Sul. Os temas regionais contemplados no currículo em vigência dizem sobre memória e patrimônio, formação territorial do Centro-Oeste, desdobramentos da Guerra do Paraguai, o papel dos povos originários e das comunidades quilombolas locais, entre outros.

Revela-se, entretanto, na prática, o mesmo descompasso outrora identificado entre a prescrição documental e a realidade prática da rede. Enquanto o documento oficial atribui um peso central à história local, a falta de insumos transfere indevidamente, e mais uma vez, a responsabilidade da sistematização historiográfica para a rotina do professor. Trata-se da permanência de um problema que persiste e transita entre as gestões de governo.

O currículo orienta que o professor utilize fontes primárias, história oral, projetos de campo e acervos locais para contextualizar o ensino de História no Mato Grosso do Sul. Contudo, transformar o docente em produtor de fontes em um cenário de escassez que dura mais de uma década gera sobrecarga física e pedagógica. Exigir pesquisa de campo e curadoria de documentos sem fornecer livros didáticos, obras complementares ou coletâneas de fontes regionais atualizadas transforma uma diretriz pedagógica que se reconhece como emancipatória, em uma atribuição inexequível no cotidiano escolar.

Apesar de o documento prever a valorização da memória regional, dos povos originários e das especificidades da formação territorial de MS, o sistema de ensino continua refém dos manuais das grandes editoras do eixo Sudeste, distribuídos via PNLD. Esses materiais tratam a história do Centro-Oeste e de Mato Grosso do Sul de forma periférica ou anedótica (restringindo-a, muitas vezes, a menções pontuais sobre a Guerra do Paraguai ou a Marcha para o Oeste). A crítica se fortalece ao demonstrar que, sem políticas públicas estaduais de produção de material didático próprio[6], a intenção de descolonizar o currículo esbarra no afunilamento editorial comercial.

O resgate territorial por meio da disciplina escolar tem o potencial de estreitar os laços entre a escola e a comunidade, concretizando também a integração tão

[6] A autonomia dos estados na organização de seus sistemas de ensino e propostas pedagógicas é assegurada pela LDB e CF. Cabe ressaltar que o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), regulamentado pelo Decreto nº 9.099/2017, possui caráter de adesão voluntária e suplementação financeira pelo governo federal. Dessa forma, a opção das redes estaduais em não produzir materiais didáticos regionais próprios decorre de conveniências de gestão e custeio orçamentário, e não de restrições legais. Outros entes federados demonstraram experiências positivas a despeito das especificidades regionais, a exemplo do Amazonas e Acre.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

almejada pelos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares. Exigir o cumprimento dessas metas sem garantir insumos didáticos gera um ciclo de frustração docente. A persistência dessa queixa por mais de uma década evidencia que as reformas curriculares no estado têm se restringido ao plano normativo pois tem sido desconsiderado o indispensável investimento na infraestrutura bibliográfica que poderia dar concretude às metodologias que o próprio documento propõe, e, especialmente a um Ensino de História com sentido prático para a vida. Por fundamentar-se como um espaço que reflete uma sociedade com suas tensões e conflitos e ser, também, espaço de transmissão de valores e de saberes, o ensino do regional adquire uma responsabilidade política no contexto escolar, o que serve para legitimá-lo e não negligenciá-lo (SOUZA, 2014). A fim de transpor um modelo de ensino que silencia as especificidades locais em prol de uma narrativa nacional hegemônica convém destacar mais uma vez que mudanças positivas ocorreram ao longo das gestões da educação estadual em Mato Grosso do Sul e isso remete a análise Silva (2013), para quem

> [...] são necessárias mudanças estruturais nos currículos escolares, que possam inserir temas que contemplem o local e o regional, bem como, reestruturação dos conteúdos abordados nos livros didáticos, quando possa existir a flexibilidade dos organismos governamentais no sentido em que os manuais didáticos possam ser produzidos em perspectivas Regional e Local, sem perder de vista um contexto mais amplo dos temas sugeridos no que se refere a História Geral e do Brasil (Silva, 2013, p. 10).

A citação de Silva (2013) traduz o horizonte de expectativa daquele período, qual seja, a aposta na flexibilização das redes de ensino e no mercado editorial para a criação de materiais didáticos regionais. Silva retrata um momento de otimismo nas políticas curriculares locais, no entanto, o cenário mudou drasticamente a partir da promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017/2018). As análises críticas sobre a BNCC de História publicadas após sua promulgação apontam sistematicamente que a versão final do documento representou um retrocesso historiográfico e pedagógico[7]. A BNCC abandonou as propostas iniciais da primeira

[7] Cf: ANDRADE, Aline Queiroz de. A pedagogia das competências e o ensino de História. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
MENEZES NETO, Geraldo. O processo de exclusão e os debates docentes na construção curricular. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 315-334, 2017.
PAZIANI, Rodrigo. A BNCC de História: Disputas políticas e pedagógicas. Revista de História Bilros, Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 112-135, 2017.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

versão (2015), que pareciam mais plurais, temáticas e voltadas às histórias locais/decoloniais para restaurar a estrutura quadripartite tradicional (Antiga, Média, Moderna e Contemporânea), pautada em uma narrativa eurocêntrica e em uma macro-história nacional linear. Sob o pretexto de estabelecer um padrão nacional de aprendizagem, a Base operou um duplo apagamento ao desarticular o protagonismo das narrativas locais e regionais e engessar o trabalho docente sob o paradigma das "competências e habilidades". Assim, o documento não apenas fragiliza a construção de uma consciência histórica voltada à diversidade socioespacial, mas também inviabiliza as tentativas de construir propostas curriculares regionais autônomas que contemplem, por exemplo, a complexidade das lutas e identidades de Mato Grosso do Sul.

A efetivação de políticas públicas voltadas à produção de coleções complementares possibilitaria a criação de pontes entre o espaço vivido pelo aluno e os processos históricos globais e nacionais. Afinal, ao flexibilizarem as exigências do mercado editorial, essas políticas podem abrir espaço para que o professor desenvolva a leitura crítica da realidade social em que ele e seus alunos estão imersos e finalmente possam responder às expectativas normativas depositadas sobre eles.

Rüsen (2011, p.85) analisa que a aprendizagem histórica exige o confronto ativo com as descontinuidades e as transformações do espaço vivido. Assim, ao examinar a história regional, os estudantes podem mobilizar narrativas que conectam os problemas do presente com a continuidade do passado e a orientação da ação. O território, a luz do ensino de história regional e da educação histórica passa a ser reconhecido cognitivamente como campo dinâmico de experiências humanas e de construção de consciência histórica.

Nessa perspectiva, o estudo da História Regional mostra-se promissor para a emancipação dos sujeitos, na medida em que a história apresenta nexo significativo entre passado, presente e futuro. Ao problematizar a formação de Mato Grosso do Sul a partir de suas tensões étnicas, territoriais, políticas e econômicas, o professor, enquanto sujeito organizador da aprendizagem (BARCA, 2004), atua como um mediador que auxilia o estudante na tradução do passado ao presente.

SILVA, Marcos. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1395-1414, out./dez. 2018.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

Esse exercício de tradução é fundamental, pois permite que o estudante compreenda que a realidade regional é guiada por concepções de mudança temporal. Quando o educando questiona as ‘verdades oficiais sobre o território, ele está, na verdade, realizando uma operação da consciência histórica: ele transforma valores morais e experiências sociais em totalidades temporais (RÜSEN, 2011, p. 57), sejam elas tradições que moldam a identidade regional ou conceitos de desenvolvimento que justificam a ocupação econômica do Estado.

Ao revestir a história local dos valores da experiência temporal, o estudante ganha agência (LEE, 2006) e torna-se capaz de mediar e sintetizar suas próprias vivências com o conhecimento histórico que provem da experiência temporal (RÜSEN, 2011, P. 57). Esse processo é o cerne do desenvolvimento do pensamento histórico, pois, na medida em que reconhece como valores e experiências são moldados por concepções de tempo, o estudante ganha autonomia para desconstruir narrativas hegemônicas, posicionar-se criticamente diante das tensões do presente e projetar horizontes de sentido para o seu futuro no território.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho é de natureza qualitativa, documental, bibliográfica e comparativa. O percurso articula o mapeamento de acervos e repositórios regionais com a reanálise e a atualização crítica de dados empíricos e entrevistas coletadas no âmbito da minha pesquisa de mestrado, defendida em 2014. O estudo organiza-se, inicialmente, a partir de um panorama da produção historiográfica regional sobre Mato Grosso do Sul, cotejando os dados de 2014 com o cenário educacional contemporâneo da Educação Básica e do Magistério Superior. Desse modo, a investigação dialoga com três momentos de minha trajetória intelectual e profissional: I) o marco inicial da pesquisa de mestrado (2014), voltado aos desafios e às carências do Ensino de História Regional nas escolas estaduais a partir de entrevistas qualitativas com docentes de Dourados e Nova Andradina; II) a maturidade acadêmica e a densidade conceitual alcançadas com a pesquisa de doutorado (2021), cujo aprofundamento teórico-analítico sobre as políticas curriculares e o ensino de História na rede federal permitiu reinterpretar as limitações antes identificadas no mestrado como um problema estrutural de concepção curricular e do espaço atribuído

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

à História Regional e III) o reexame empírico realizado em 2023, por ocasião do meu retorno à docência no Ensino Médio da rede estadual sul-mato-grossense, o qual se desdobra em minha atual atuação no Magistério Superior voltada à formação docente. Esse diagnóstico apoia-se tanto nas observações e registros de minha atuação direta na Educação Básica quanto nas evidências qualitativas e percepções captadas em trocas informais com colegas durante as "Jornadas Formativas" promovidas pela SED-MS.

Para compreender como o suporte institucional foi ou deixou de ser estruturado na rede estadual, a investigação abrangeu o mapeamento de centros de documentação regionais, destacando: o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), com sua hemeroteca de jornais e periódicos; o repositório de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD); e a produção de pesquisas e produtos didáticos do Mestrado Profissional em História (ProfHistória/UEMS). Ademais, o percurso fundamenta-se em uma análise documental comparativa das diretrizes curriculares oficiais da Educação Básica em Mato Grosso do Sul ao longo de três gestões governamentais: a proposta de 2002 (Escola Guaicuru), examinada com menor profundidade devido às limitações de fontes documentais do período; a proposta de 2012 (gestão André Puccinelli), analisada com maior densidade empírica a partir do suporte dos dados do mestrado; e o Currículo de Referência homologado em 2020 (alinhado à BNCC e ao Novo Ensino Médio nas gestões Azambuja e Riedel). Por meio da triangulação entre fontes documentais, matrizes curriculares, dados empíricos e a reflexividade sobre a práxis docente, busca-se analisar de que maneira as experiências históricas, as lutas sociais e os vestígios culturais regionais são recontextualizados e revestidos de sentido político nas diretrizes e no cotidiano escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para além das coleções disponíveis em sua livraria virtual, a biblioteca do IHGMS abriga uma hemeroteca composta por um rico acervo de fontes documentais[8],

[8] As informações foram obtidas a partir da análise do citado acervo, que pode ser observada por meio do link: https://ihgms.org.br/hemeroteca

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

como revistas, boletins e jornais. O acervo guarda exemplares de periódicos de circulação nacional, tais como *A Voz do Trabalhador* e *O Pasquim*, cuja salvaguarda no instituto justifica-se pelo seu valor na contextualização dos cenários político e social do país ao longo do século XX. Essas fontes históricas impressas permitem compreender os debates e correntes de pensamento que circulavam entre leitores e intelectuais do antigo sul de Mato Grosso. Paralelamente, o instituto preserva edições raras da imprensa regional, como o *Álbum Gráfico de Campo Grande* (1938) e o *Almanaque Ilustrado* (1928), além de periódicos de alcance microrregional, como o *Bolsão Matogrossense* e a publicação *Bonito, A Terra Prometida*.

A essa profusão de fontes documentais soma-se, ainda, uma sólida e expressiva produção historiográfica gestada nos programas de pós-graduação em História das universidades públicas do estado, especialmente na UFGD, cujas linhas de pesquisa abraçam a História Regional em meio a múltiplos recortes temáticos. Dentre eles, os povos indígenas e comunidades tradicionais, as dinâmicas de poder e representações políticas, e os espaços de fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Centenas de trabalhos, entre dissertações e teses versam sobre as lutas territoriais, a formação do Estado e os fluxos culturais sul-mato-grossenses[9].

No âmbito específico das pesquisas voltadas ao ensino de História no repositório do Programa de Pós-graduação em História da UFGD, observa-se uma produção que investiga o saber e a prática escolar sob múltiplas vertentes. Destacam-se as análises sobre a implementação e a descolonização dos currículos, focando nas relações étnico-raciais, na formação docente e na aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 relativas ao ensino de história e cultura indígena, africana e afro-brasileira nas redes públicas e no ensino superior local. A essa temática somam-se os estudos sobre a História da Educação Básica e as práticas pedagógicas regionais, que investigam a trajetória de escolas públicas em diferentes municípios, as especificidades das escolas indígenas Guarani e Kaiowá e os desafios da formação cidadã. Contempla também reflexões sobre materiais didáticos e linguagens, examinando a representação de movimentos sociais, das mulheres negras, dos povos originários e das concepções da própria História Regional nos manuais distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático e em currículos da rede estadual e federal[10].

[9] Para a visualização do repositório, ver https://www.ppghufgd.com/pesquisa/repositorio-de-pesquisas/

[10] Sobre a última, o trabalho de pesquisa citado, corresponde a tese de doutoramento da autora deste capítulo. Cf: SOUZA, Ana Paula Hilgert de. *O ensino de História no currículo integrado*: Um lugar de fronteiras no Curso

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

Como iniciativa voltada a superar o distanciamento entre a pesquisa e a Educação Básica, as dissertações produzidas no âmbito do ProfHistória da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), voltam-se centralmente à criação de produtos didáticos, sequências e propostas metodológicas aplicadas. A análise do acervo do programa[11] (2018–2026) revela uma marcante preocupação com a História Regional e Local, destacando eixos temáticos como a territorialidade e os conflitos dos Povos Indígenas (especialmente as etnias Guarani, Kaiowá e Terena), as dinâmicas da faixa de fronteira (Guerra do Paraguai, migrações e identidades transfronteiriças), a história das populações negras e afrodescendentes no estado, bem como a patrimonialização, a memória e a história oral.

Nesse sentido, a iniciativa do ProfHistória/UEMS é digna do mais alto reconhecimento, pois sinaliza o desenho de respostas à crônica escassez de materiais pedagógicos regionais. Conforme as diretrizes nacionais, o Mestrado Profissional em História tem como pré-requisito o desenvolvimento de recursos diversificados, os quais, em Mato Grosso do Sul têm se materializado sob a forma de histórias em quadrinhos, jogos pedagógicos, propostas de RPG e cadernos de atividades elaborados pelos mestrandos. Contudo, apesar do inegável valor dessas produções, a ação da universidade ainda se mostra insuficiente diante da magnitude da demanda por ensino de História Regional em Mato Grosso do Sul. Assim, o patrimônio historiográfico gestado e preservado por essas instituições permanece, em grande medida, retido no circuito acadêmico-institucional, sem converter-se na ferramenta pedagógica de alcance universal que a escola pública necessita.

Para que as respostas pedagógicas do Programa, bem como a historiografia regional, ultrapassem as fronteiras acadêmicas e efetivamente cheguem às salas de aula da rede pública, é indispensável que a divulgação e a encampação dessas pesquisas assumam dimensão institucional[12]. Sem sua chancela na edição, produção

Técnico em Informática do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. 2021. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

[11] Cf: https://www.uems.br/ppg/profhistoria/Banco-de-Dissertacoes

[12] Faz-se oportuno ressaltar que, em 2020, uma das pesquisas do ProfHistória UEMS, foi apresentada por matéria jornalística digital do município de Amambai. Por ela, nota-se a informação de que o material seria enviado à Secretaria de Educação como sugestão de Material de Apoio. Contudo, professores de História do próprio sul do Estado seguem desconhecendo a iniciativa, o que leva-nos a pensar que a Secretaria não percebeu tal empenho como relevante para o Ensino da História Regional.
Cf:https://www.amambainoticias.com.br/2020/10/13/pesquisa-da-uems-resulta-em-material-didatico-sobre-historia-da-divisao-de-ms/

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

em larga escala e distribuição sistemática desses produtos didáticos, acompanhada da devida capacitação aos professores, os recursos criados no ProfHistória arriscam-se a permanecer restritos a experiências isoladas nos municípios de aplicação original, frustrando a efetiva democratização do conhecimento historiográfico local.

Para compreender como esse suporte institucional foi ou deixou de ser estruturado na rede, faz-se necessário examinar a trajetória dos documentos orientadores da Educação Básica em Mato Grosso do Sul. Nesse contexto uma característica muito peculiar do documento orientador da prática docente, edição de 2002 (projeto de educação popular denominado Escola Guaicuru), é o fato de que ele articulava todas as disciplinas dentro de cada período histórico. Assim, o material apresentava o desenvolvimento das quatro disciplinas (História, Filosofia, Geografia e Sociologia) integradas em três grandes unidades: Mundo Antigo, Europa Medieval e A Modernidade. Ao abordar a História Regional, o documento buscou integrá-la de forma orgânica à narrativa da História Nacional. Um exemplo dessa articulação manifesta-se na abordagem do bandeirantismo, no qual a expansão das fronteiras é destacada por sua “fundamental importância para nossa História regional uma vez que será por meio dele que as terras da capitania e, depois, da província do Mato Grosso, tornam-se brasileiras, incorporando este espaço e as pessoas nele residentes à colônia do Brasil” (MS, 2002, p. 151).

O mesmo texto relata também a configuração de cidades como Vila Bela da Santíssima Trindade a partir da exploração aurífera. Adiante na contextualização do processo histórico, o antigo Referencial Curricular traz em si algumas questões relevantes que apenas foram listadas no referencial curricular de 2012. O documento de 2002, considera ainda a contextualização de eventos da História Regional, subentendendo que, na política do Ensino Médio da gestão popular, sinalizava-se uma preocupação com a historicidade local. A respeito da Guerra do Paraguai, por exemplo, o documento da gestão petista destaca:

> Este episódio tem relevância, principalmente, para a História regional, uma vez que, finda a guerra, o território correspondente à Zona Neutra é incorporado à Província do Mato Grosso. Esta região compreende, hoje, a porção meridional de Mato Grosso do Sul, área que se estende de Mundo Novo a Dourados e, de lá, a Porto Murtinho. Posteriormente, a concessão para a exploração dos ervais nativos dá origem a um ciclo econômico regional, o da erva mate, que incorpora a mão-de-obra guarani, povo indígena que tinha os seus territórios tradicionais, os tekoha, justamente nessa área. (MS, 2002, p. 188-189).

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

Note que esse parágrafo contempla três temas regionais que intencionava orientar o professorado a explorar em sala de aula. A Guerra da Tríplice Aliança, a Exploração da Erva Mate e as Comunidades Indígenas de nosso território são temáticas substanciais para a discussão da História de Mato Grosso do Sul. Nesse documento também são articulados temas para pesquisa e, no conjunto deles, destacamos o estudo da ocupação do território brasileiro, por ocasião da chegada dos europeus, articulando-o à presença indígena na atualidade em Mato Grosso do Sul e também o estudo da formação social brasileira, destacando a constituição do latifúndio e da questão agrária do País (MS, 2002, p.195). Conforme apontam Portela (2005) e D'Ávila (2011), essa abordagem não era casual: a Proposta Guaicuru buscava estruturar o currículo como um verdadeiro campo de luta contra-hegemônico, centrado na análise crítica da relação entre o capital e o trabalho e na rejeição ao modelo tecnicista de "competências e habilidades" focado no mercado. No entanto, esses temas, apesar de explicarem grande parte dos conflitos de terras vivenciados e no estado desde aquela gestão de governo, muitas vezes foram associados ao senso comum propagado pela grande mídia e aos discursos hegemônicos dos proprietários rurais. Isso resultou em uma absorção preconceituosa por parte dos alunos e até mesmo de professores que, ao se esquivarem da análise histórico-social da questão, revestem-se, sem se beneficiar em nada, da ideologia daqueles agentes veiculadores de estereótipos e de outras formas de discriminação

Ligeiramente invisibilizada no Currículo de Mato Grosso do Sul sob a gestão Puccinelli (2012), a temática indígena recupera fôlego à luz de perspectivas decoloniais, fruto de crescentes pressões para o estudo das relações étnico-raciais no Currículo de Referência de 2020. No que tange aos conflitos no campo e às dinâmicas da agropecuária, o documento de 2012 restringia tais conceitos aos descritores da disciplina de Geografia, omitindo a História Regional dessa discussão. Essa assimetria evidencia, na prática, como o currículo se constitui enquanto um território em disputa (ARROYO, 2013), no qual diferentes sujeitos, saberes e intencionalidades políticas se confrontam pela hegemonia da memória e do conhecimento escolar. A escolha da não inserção das conflituosas questões agrário-territoriais sul-mato-grossenses no âmbito do componente curricular de História daquele período, opera no sentido da definição do que se inclui ou se exclui de uma proposta curricular. No horizonte epistemológico das teorias pós-críticas do currículo

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

esse exercício decorre estritamente das relações de poder que delimitam qual conhecimento é considerado válido em um dado momento histórico (SILVA, 1999).

Já no texto do referencial em curso (2020), na descrição da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a História é lida como uma ferramenta prática para formar estudantes críticos, conscientes e engajados na transformação do meio em que vivem. O documento afirma que o estudo histórico serve para compreender o ser humano em sociedade; defende o uso de fontes variadas para analisar o passado e o presente; pretende formar cidadãos ativos e sinaliza capacitá-los para identificar contradições sociais. Além disso, entende que a disciplina de História pode conectar realidades e saberes à medida que integra as Ciências Humanas para refletir sobre mudanças e permanências, articulando as escalas local, regional, nacional e global (MS, 2020, p. 104).

No tocante à apresentação das disciplinas, o Referencial Curricular idealizado no governo de André Puccinelli não traz texto particular para contextualizar nenhuma disciplina em específico, tal como se apresentava no documento da gestão de educação popular progressista. Conceitos como trabalho, ciência, tecnologia e cultura norteiam a produção deste documento. Diferentemente da versão de 2020, que advoga por ações pedagógicas integradoras e articuladas (MS, 2020, p. 103), o documento de 2012 prescindia de uma seção de Fundamentação Teórica, introduzindo a área de Ciências Humanas apenas por meio de um curto texto voltado à articulação interdisciplinar.

Os textos de abertura e em defesa da interdisciplinaridade não contextualizavam as Ciências Humanas como produtoras de conhecimento, e mencionam de maneira breve os objetivos das disciplinas. A maneira como o texto de abertura da área apresentava a disciplina de História, na especificidade do Ensino Médio, estabelece uma perspectiva idealizada sobre a prática docente ao prescrever que:

> A disciplina de História, no Ensino Médio, em continuidade à proposta do ensino fundamental, deve ser mais que um simples entendimento da história da humanidade por meio de manuseio de livros, mas abranger a compreensão de mundo em que o indivíduo participa ativamente. Partindo dessa premissa, o professor de História, pesquisador do conhecimento histórico, deve apresentar instrumentos que desafiem e auxiliem o estudante a analisar os acontecimentos passados e os contemporâneos, transformando-os em conceitos a serem investigados, podendo, assim, romper com o ensino alienado de História (MS, 2012, p. 213).

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

Quando analisada sob a ótica da teoria do currículo, essa prescrição oficial revela o descompasso entre a retórica normativa e a realidade material da escola pública. Ao minimizar a relevância do *"*manuseio de livros*"*, o documento incorre em um romanticismo pedagógico desconectado da prática diária. Não se pode perder de vista o fato de que, na realidade educacional brasileira, o livro didático consolida-se como o principal e muitas vezes único instrumento de trabalho e mediação pedagógica ao alcance do docente. No contexto específico da História Regional de Mato Grosso do Sul, o cenário é ainda mais tenso haja vista que a busca, ou mesmo a espera por obras paradidáticas regionais refletem a necessidade de um suporte estruturado pelo Estado para viabilizar a transposição didática do saber histórico local.

Sob a perspectiva de Apple (1986), a postura de minimização do suporte didático, evidencia uma estratégia velada de desqualificação docente (*deskilling*) combinada à intensificação do trabalho. O autor denuncia, ainda nos idos dos anos oitenta, que reformas e diretrizes oficiais frequentemente exigem práticas ditas "inovadoras" enquanto retiram do professor os insumos materiais básicos. Ao relativizar a importância do livro, o docente é encurralado sob uma armadilha ideológica que condena a dependência dos livros tradicionais (que não contemplam a historiografia sul-mato-grossense), ao mesmo tempo em que se nega a produção de recursos específicos para a rede.

Ao fabricar a figura idealizada do "professor-pesquisador" encarregado de "romper com o ensino alienado", o texto normativo de 2012 costurava uma transferência de responsabilidade. Transforma-se o dever do Estado (a infraestrutura, acervos e tempo de planejamento) em um encargo estritamente individual do professor.

O documento mais recente do Currículo de Referência traz uma fundamentação teórico-metodológica alinhada às diretrizes contemporâneas do ensino de História e às recomendações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Ao recusar a visão de que a História é feita apenas por "grandes personagens" ou líderes políticos tradicionais, a ênfase na coletividade e na autoria do estudante coloca o próprio jovem no centro dos processos históricos. A citação expressa de *memórias, registros, documentos, jornais, livros e outros* subentende a renovação historiográfica nas práticas de ensino, estruturada no trabalho com fontes. As categorias de análise histórica como *Tempo,*

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

Espaço, Permanências e Mudanças destacadas no Referencial Curricular de 2020 (p. 104), supõe o desenvolvimento do pensamento crítico ao mostrar que as estruturas sociais são dinâmicas e mutáveis. A articulação entre *local, regional, nacional e mundial* no documento parece evitar uma perspectiva puramente eurocêntrica ou excessivamente pontual. Todavia, a análise das entrevistas realizadas na ocasião do mestrado e a própria vivência como educadora na rede nos últimos anos confirmam que a profundidade desse entendimento histórico não ultrapassa os limites da norma. O cotidiano das práticas de ensino não se alinha ao prescrito, prevalecendo entre a categoria a percepção de um profundo desamparo. Frente a um cenário de *deskilling*, emergem indagações cruciais: o professor, licenciado em História e submetido, muitas vezes, a uma jornada de 40 horas-aula semanais, enquadra-se de fato como pesquisador do conhecimento histórico? Os conteúdos ministrados abrem espaço para que o aluno investigue as diferentes versões e narrativas construídas? Partimos da premissa de que o estudante também é produtor de conhecimento, desde que existam condições materiais efetivas para tanto; afinal, o que significa, na prática, construir com os alunos uma cidadania política, econômica e cultural? Afigura-se utópica a maneira como os elaboradores da visão de área das Ciências Humanas têm concebido o ensino da disciplina. Para evidenciar o descompasso entre as formulações prescritivas e a realidade escolar, cabe examinar como as temáticas regionais foram estruturadas nos documentos estaduais recentes.

O Referencial Curricular de 2012 organizava os conteúdos sob a forma de tópicos e, ao final de cada bimestre, listava duas ou três “competências e habilidades”. Ao observar as temáticas regionais previstas nesse documento, notam-se limites marcantes. No quarto bimestre do primeiro ano do Ensino Médio, por exemplo, constava o conteúdo “Colonização espanhola no sul de Mato Grosso, política de ocupação”[13], associado à habilidade de “analisar diferentes processos de conquista e colonização da América”. Como assinalado anteriormente, a prática docente cotidiana carece de tempo e insumos para problematizar como essa conquista esteve vinculada ao extermínio de populações indígenas e à desapropriação de recursos naturais.

[13] Nota-se que o conteúdo é rico e sua articulação com a referida habilidade evidencia-se em pelo menos três eixos de interpretação: a diversificação das formas de ocupação espanhola em áreas periféricas (missões e *encomiendas*); as disputas geopolíticas ibéricas na fronteira platina; e a agência dos povos originários (como os Guarani e Guaikuru/Mbayá) nas dinâmicas locais de aliança e resistência. Na prática, ao pensar o quarto bimestre letivo esperando "protagonismo" e "autoria" sem garantir suporte e acervo sobre a historiografia regional percebe-se a proposta oficial como impraticável.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

No segundo ano, aborda-se a História da África e dos afrodescendentes, em atendimento à Lei Federal nº 10.639/2003, propondo-se analisar os fatores da vinda dos negros para o Brasil, sua contribuição econômica e o respeito às diversidades. Já no terceiro ano, as temáticas regionais concentram-se na compreensão da criação de Mato Grosso do Sul, com ênfase nos interesses políticos, econômicos e sociais das elites locais no contexto da divisão do Estado[14]. Embora a bibliografia do documento arrole obras historiográficas consolidadas, estas nem sempre estão disponíveis na totalidade das escolas da rede; tampouco há sugestão de pesquisas mais recentes - a exemplo dos volumes de Marisa Bittar (2009) que analisam a formação do Estado sob diferentes perspectivas analíticas .

Ao avançar para a concepção de currículo de 2020, o componente curricular de História no Ensino Médio propõe:

> [...] aprofundar conceitos para o entendimento dos processos históricos, políticos, sociais, culturais, ambientais ao longo do tempo, percebendo o indivíduo em sua coletividade como sujeito histórico de acontecimentos, além de estabelecer relações de tempo e espaço por meio de diversas fontes: memórias, registros, documentos, jornais, livros e outros que contribuem para a produção histórica do desenvolvimento da humanidade. Neste cenário, o conhecimento da História contribui para a formação do estudante na contemporaneidade que possibilita uma trajetória de autoria e protagonismo nas ações como ser social, sendo participativo e comprometido em ampliar conhecimentos, assim reconhecendo as contradições e problemáticas para atuar na sociedade. Desta forma, a história consolida os estudos do passado e presente, como uma ciência que articula as várias áreas de conhecimento integrante das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, corroborando para que os estudantes integrem diversos estudos críticos e reflexivos, expondo as permanências, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas entre o local, regional, nacional e mundial (MS, 2020, p. 103-104).

O texto oficial mobiliza uma linguagem pedagógica progressista, alinhada aos pressupostos da História do Tempo Presente e da micro-história, ao projetar o estudante como um sujeito histórico protagonista, investigador e politicamente engajado. Por este viés o ensino de História é desenhado como uma prática interdisciplinar e emancipatória, centrada na articulação crítica entre o passado e o presente por meio do trabalho com fontes diversas e da identificação de rupturas, permanências e escalas, do local ao global. Contudo, a distância entre o discurso normativo e o cotidiano da sala de aula revela novamente o impasse. Indaga-se, pois:

[14] O Referencial Curricular tendeu a reproduzir a narrativa oficial e de fácil acesso, sem abrir espaço para discutir outras versões da emancipação política e suas contradições históricas.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

como construir "autoria" e "protagonismo" nos estudantes quando a própria gestão educacional nega as condições materiais para o conhecimento da história em que estão inseridos? Nesse sentido, prescrever revela-se insuficiente.

Ao não disponibilizar material didático sobre a História Regional de MS (seja a divisão territorial durante o regime militar, a Guerra do Paraguai, os fluxos migratórios gaúchos/nordestinos/mineiros/paraguaios/bolivianos, a erva mate, ou dos povos originários e quilombolas), a gestão limita os professores e, consequentemente, os alunos, a operarem os procedimentos cognitivos da História escolar numa visão eurocêntrica e do Eixo Sudeste. O estudante sul-mato-grossense torna-se um "espectador" da história do Brasil, e não um sujeito de sua história local.

No documento mais atual (2020) estrutura-se entre as páginas 322 e 435 a partir de seus Organizadores Curriculares, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), em consonância com a Base Nacional Comum Curricular. A matriz curricular adota a divisão em elementos estruturantes: eixo temático, habilidades, componente curricular, objeto do conhecimento, e sugestões didáticas que visam a operacionalização do ensino em sala de aula. Os conteúdos e temas são conectados diretamente aos códigos descritores e sugestões metodológicas da área que envolvem a utilização de metodologias ativas, o trabalho com acervos e fontes históricas diversificadas, o uso da história oral para o resgate de memórias comunitárias. As habilidades trabalhadas na disciplina decorrem das competências gerais de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e buscam capacitar o estudante para a análise crítica de fontes e narrativas historiográficas, a compreensão de noções de temporalidade e espacialidade, e a percepção dos processos de construção dos Direitos Humanos, da cidadania e da democracia. Do mesmo modo, o currículo enfatiza o estudo das identidades e da diversidade, com especial atenção às trajetórias e resistências dos povos indígenas e das populações afro-brasileiras.

O documento de 2020 amplia significativamente a abordagem sobre a territorialidade de Mato Grosso do Sul e exige do professor uma abordagem regional muito mais refinada e aprofundada, mas apresenta outra contradição, qual seja, o referencial bibliográfico da área desapareceu e com isso, a base teórica e historiográfica que sustenta o aprofundamento do contexto regional é ocultada. Essa falha metodológica na prescrição do documento não ocorreu no currículo da gestão anterior, a qual compunha uma bibliografia regional de variados temas, com a menção

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

a obras referenciadas sobre a Matte Larangeira, a Guerra do Paraguai, o coronelismo da Primeira República, além, é claro os de historiografia clássica.

Independentemente da presença de uma bibliografia oficial, recai sobre o professor a tarefa de realizar a transposição didática e transformar o conhecimento historiográfico em um saber escolar ensinável para o Ensino Médio. Ocorre que a escassez de materiais paradidáticos e de coletâneas de apoio à História Regional faz com que a qualidade dessa aprendizagem dependa, quase exclusivamente, do empenho individual, do tempo e do acervo pessoal de cada docente. Em escolas onde o professor não dispõe de tempo de planejamento adequado ou acesso a fontes primárias organizadas, os objetos de conhecimento regionais previstos no currículo tendem a ser negligenciados, ou somente “pincelados”. Assim, o direito do estudante de acessar história torna-se heterogêneo e desigual dentro da própria rede pública.

As representações históricas por meio da historiografia podem ser lidas como práticas de produção de sentido que conformam processos de fabricação de identidades (CERTEAU, 1982), premissa válida para analisar o contexto sul-mato-grossense. Nesse sentido, o Ensino de História ganha densidade ao tomar essas representações como objetos de disputa e apropriação em uma abordagem que desloca o imaginário, as narrativas e a memória local para o centro da metodologia do Ensino de História. Cabe ressaltar que a problematização das representações sobre Mato Grosso do Sul nas aulas de História potencializa situações de aprendizagem nas quais a sala de aula se torna espaço de investigação sobre as formas como os saberes e as identidades locais são historicamente construídos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância e o sentido de se compreender o Ensino de História Regional constituíram a premissa central problematizada ao longo desta pesquisa. Buscou-se analisar a forma como as experiências históricas e os vestígios culturais regionais são recontextualizados e revestidos de sentido nas práticas e diretrizes do ensino da História de Mato Grosso do Sul. Para tanto, procedeu-se à análise dos currículos prescritos para o ensino de História Regional em três gestões de governo distintas. O percurso revelou que essa abordagem é tecida em uma temporalidade concreta,

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

devendo ser entendida, no âmbito da estrutura organizativa da Secretaria Estadual de Educação, como produto historiográfico-cultural da sociedade sul-mato-grossense.

A História Regional se constrói e se desconstrói diariamente por agentes sociais que atuam no espaço urbano e transformam seu cotidiano, reconfigurando o próprio espaço vivido. Ao analisar a mediação desse saber na Educação Básica, identificou-se que parte dos professores reconhece a existência de narrativas históricas plurais que extrapolam o eixo nacional, atribuindo-lhes responsabilidade na maturação da subjetividade dos alunos. Sob o aporte da didática da História em Jörn Rüsen (2001), essa transposição vincula-se à categoria da *consciência histórica*, responsável por nutrir a reflexão cotidiana dos estudantes e fornecer-lhes orientação temporal prática.

Contudo, os dados empíricos demonstraram que o tratamento dispensado à História Regional em sala de aula raramente permite que os educandos se percebam integrados ao próprio espaço que estudam. Observou-se uma ruptura na conexão espaço-tempo, inviabilizando a reflexão crítica sobre a trajetória do Estado. A abordagem das temáticas prescritas nos currículos restringe-se, na prática, a poucas aulas expositivas, pesquisas pontuais e seminários ocasionais. Esse cenário no tempo da pesquisa do mestrado foi agravado pelo ritmo acelerado do calendário letivo e pelo posicionamento desses conteúdos no último bimestre da matriz curricular, fator expressamente apontado por docentes como gerador de desmotivação mútua entre professores e alunos.

Constatou-se, ainda, a permanência de abordagens historiográficas desprovidas de imparcialidade crítica, caracterizadas pela exaltação das práticas e representações de determinados grupos dominantes. Tal postura invisibiliza os sujeitos comuns que atuaram decisivamente na formação do Estado, desde o povoamento inicial até os episódios recentes da história política regional. Práticas dessa natureza tendem a legitimá-las como "verdades oficiais", perpetuando a hegemonia de elites locais detentoras do poder econômico e político. Exemplo manifesto dessa dinâmica reside na omissão ou redução drástica do ensino sobre os conflitos fundiários entre latifundiários e comunidades indígenas, temática que esteve ausente no Referencial Curricular de 2012 e, por isso, a tornava dependente da iniciativa individual do docente para vir à tona. Ao silenciar sobre as disputas territoriais, consolida-se a narrativa ideológica de que o progresso do Estado decorreu

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

exclusivamente da expansão agropastoril promovida pelas elites locais. No referencial de 2020 esses temas passaram a dialogar no conjunto das CHSA, mas ainda encontram obstáculos para se efetivarem nas práticas de ensino. Considerando o silenciamento desses temas, percebe-se, em última análise, a manutenção de diretrizes que historicamente orientam o Estado, marcadas pelo alinhamento aos setores do capital e por nuances autoritárias. A comparação entre o atual Referencial Curricular e as diretrizes da gestão anterior evidenciou marcantes assimetrias na percepção e no espaço concedido às temáticas regionais.

Uma dimensão importante a ser considerada no ensino de História em Mato Grosso do Sul reside no fato de que muitos professores da rede estadual obtiveram sua formação inicial em outros Estados, especialmente Paraná e São Paulo. Essa origem acadêmica costuma ser apontada pelos próprios docentes como um fator gerador de desafios e limitações no manejo teórico-metodológico da história local e regional. Diante da ausência histórica de programas de formação continuada promovidos pela Secretaria Estadual, a discussão encontra um limitado espaço nas Jornadas Formativas e, embora seja percebido o abandono institucional, a mobilização autônoma demonstra que há iniciativas pontuais de docentes voltadas à superação da precariedade no ensino do regional. No entanto, o horizonte para o ensino de História Regional, especialmente das cidades interioranas, permanece oscilando entre a resignação diante das barreiras estruturais e a busca por alternativas emancipatórias.

Sustenta-se que as questões aqui enunciadas configuram uma possibilidade para repensar a função do ensino de História e da própria instituição escolar. Contudo, esse horizonte exige reconhecer os professores como sujeitos dotados de agência, situados no entrelaçamento dos saberes e práticas, e reivindicar a centralidade dos saberes docentes como eixo fundamental do trabalho educativo**.** A pesquisa revelou, em síntese, uma cisão entre a utilidade da História e a História ensinada. Os conteúdos regionais ainda são transmitidos como saberes prontos e acabados, tolhendo a percepção dos alunos como sujeitos e produtores de conhecimento. Por sua vez, os desafios enfrentados pelos professores para a renovação de suas práticas não decorrem apenas da carência material, mas do esgotamento provocado por jornadas exaustivas de até 12 horas diárias em sala de aula e pela excessiva burocracia institucional, representada pelo preenchimento obrigatório de

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

planejamentos *online*, diários e fichas programadas. Tais exigências consomem a hora-atividade no recinto escolar, impedindo o investimento em pesquisas de campo, garimpo de fontes e inovação metodológica.

Ao examinar as diretrizes que ainda vigoram, percebe-se que este documento tenta corrigir o eurocentrismo e a linearidade cronológica dos ciclos econômicos que moldavam o currículo na era Puccinelli. O tratamento dado a temas como a formação social de Mato Grosso do Sul, a Guerra do Paraguai, o Ciclo da Erva-Mate e a fronteira seca passam paulatinamente a incorporar-se no hibridismo da *transterritorialidade*, nos conflitos de terra e a sustentabilidade sob a ótica dos povos tradicionais. No entanto, ao propor sugestões metodológicas que muitas vezes delegam ao docente a criação autônoma de recursos (como jogos de trilha, paródias musicais, *templates* e pesquisas de campo autoguiadas), o referencial parece ignorar as condições reais de trabalho da rede pública. Sem subsídios pedagógicos estruturados ou suporte institucional, essas propostas inovadoras correm o risco de se tornarem letra morta ou, pior, de resultarem em uma simplificação de pautas históricas e sociológicas, indispensáveis para uma formação crítica e emancipatória.

A lacuna entre o que o currículo prescreve e o que o professor consegue executar evidencia a crítica central à Secretaria de Educação: a produção de um currículo normativamente mais abrangente, mas desacompanhado de políticas públicas de suporte material e formativo. A imigração paraguaia, por exemplo, elemento basilar da identidade sul-mato-grossense, ora aparece diluída em conceitos globais abstratos de migração, ora desaparece de eixos centrais, refletindo a fragilidade de uma transposição didática que não dialoga com as urgências locais. Em suma, o abismo entre a robusta historiografia regional e a prática docente cotidiana expõe que a renovação curricular, por si só, é insuficiente. Sem o investimento sistemático na qualificação dos educadores e no desenvolvimento de materiais didáticos alinhados à realidade regional, o currículo incorre no risco de limitar a transformação do conhecimento acadêmico em emancipação crítica na sala de aula.

O ensino de História regional na educação básica de Mato Grosso do Sul tornou-se um espaço em que o direito à memória não é garantido. Ao ignorar as potências da historiografia do pequeno espaço, apontadas por Barros (2022), os currículos estaduais têm atuado mais como um mecanismo de desenraizamento do que de pertencimento. Quando o local deixa de ser a referência central de cultura e

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

singularidade para se transformar em um conceito abstrato, o estudante perde o vínculo afetivo necessário para que a História se converta, efetivamente, em formação da consciência histórica.

A Secretaria Estadual de Educação, as unidades escolares e a Universidade concebem o regional a partir de prismas dissonantes. As tensões derivadas desse desencontro cabem ao pesquisador do ensino de História contextualizar e problematizar, com vistas a descortinar novos horizontes para a escola, o currículo e a formação docente. Esta pesquisa, ao emergir no centro dessas inquietações, encerra suas reflexões nos limites do tempo institucional, consciente de que os dilemas aqui suscitados permanecem abertos para investigações e ações futuras.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

APPLE, Michael W. **Teachers and Texts**: A Political Economy of Class and Gender Relations in Education. New York: Routledge & Kegan Paul, 1986.

BARCA, Isabel. Aula-oficina: do projeto à avaliação. In: BARCA, Isabel (Org.). **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED) / Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131–144.

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 2, 2022.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul**: a construção de um estado. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. 2 v. (v. 1: Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso; v. 2: Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses).

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

D'ÁVILA, Jorge Luis. O ensino médio na “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”: possibilidades e limites de uma política educacional. **Série-Estudos — Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 32, p. 31–48, jul./dez. 2011.

LEE, Peter. Literacia histórica e história na escola: navegação por um mar desconhecido. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp., p. 131-149, 2006.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Referencial curricular para o ensino médio de Mato Grosso do Sul: Área de ciências humanas e suas tecnologias. Campo Grande, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Referencial curricular para o ensino médio de Mato Grosso do Sul: Área de ciências humanas e suas tecnologias. Campo Grande, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Referencial curricular para o ensino médio de Mato Grosso do Sul: Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Campo Grande 2020.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa a consciência moral**. In SCHMIDT,

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 51-78.

RÜSEN, Jörn. **Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica**. In SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 79-92.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011. 150p.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jôrn Rüsen: contribuições para uma teoria da didática da história**. Curitiba: W. A. Editores, 2016.

SHULMAN, Lee S. Those who understand: knowledge growth in teaching. **Educational Researcher**, v. 15, n. 2, p. 4–14, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Luis. Carlos. Borges. da. A importância do estudo de História regional e local na educação básica. Rio Grande do Norte: ANPUH, 2013.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Ana Paula Hilgert de. **Concepções do Ensino da História Regional no Ensino Médio, em Mato Grosso do Sul**: práticas docentes em Dourados e Nova Andradina. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2014.

SOUZA, Ana Paula Hilgert de**. O ensino de História no currículo integrado**: Um lugar de fronteiras no Curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. 2021. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

SOUZA, Zaira Portela de. **A política de ensino médio do Estado de Mato Grosso do Sul: a Escola Guaicuru de 1999 / 2002**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.